

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 94.999 - RJ (2018/0034853-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : BRUNO GONÇALVES CAMPOS FERREIRA
ADVOGADO : EDUARDO MARZOLLO NEVES - RJ110677
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por BRUNO GONÇALVES CAMPOS FERREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, proferido no julgamento do HC n. 0068560-96.2017.8.19.0000, assim ementado:

"HOMICÍDIO QUALIFICADO, SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ARTIGOS 121, §2º, INCISOS II E IV, E 148, § 2º, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. ARTIGO 35 DA LEI 11.343.06. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. RELAXAMENTO DA CUSTÓDIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

1. Trata-se de Habeas Corpus impetrado em favor de Bruno Gonçalves Campos Ferreira, denunciado pela suposta prática dos delitos previstos nos artigos 121, § 2º, II e IV, e 148, § 2º, ambos do Código Penal, e 35 da Lei de Drogas, pleiteando o trancamento da ação penal. Subsidiariamente, requer o relaxamento da custódia cautelar.

2. O Impetrante informa que o paciente teve sua prisão preventiva decretada em 05 de julho de 2017. Alega que não haveria justa causa para ação penal, uma vez que não existiriam nos autos quaisquer indícios de autoria delitiva em relação ao paciente. Além disso, afirma que a denúncia seria inepta, uma vez que não descreveria as condutas imputadas ao paciente, da forma como determina o artigo 41 do Código de Processo Penal, devendo, portanto, se trancado. Sustenta que a decisão que decretou a prisão preventiva padeceria de fundamentação idônea, uma vez que não aponta a necessidade concreta da prisão. Esclarece que o paciente ostenta condições pessoais favoráveis para responder ao processo em liberdade. Pugna, por fim, o trancamento da ação penal. Subsidiariamente, pelo relaxamento da custódia cautelar.

3. Não há que se falar em inépcia da inicial acusatória por ausência de justa causa ou atipicidade da conduta quando a denúncia oferecida pelo Ministério Público, atendendo aos requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, evidencia a existência de justa causa para a instauração da ação penal, eis que expôs o fato criminoso e as

*circunstâncias nas quais ocorreu, qualificou o acusado e classificou o crime, em tese, cometido por ele; mostrando-se absolutamente correta a decisão judicial que acolheu a peça acusatória. Também não há que faltar em ausência de fundamentação idônea, tendo em vista a prova, em tese, da existência dos crimes e os indícios suficientes de autoria decorrem da investigação realizada em sede policial, configurando-se, assim, o *fumus commissi delicti*. O *periculum libertatis* se fundamenta essencialmente na garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal, principalmente porque o paciente se encontra foragido. O *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis* estão bem demonstrados, assim como os razões para a manutenção da custódia, nos moldes do artigo 312 do Código de Processo Penal.*

4. Quanto à ponderação trazida pelo impetrante de que o paciente é primário, com bons antecedentes, trabalho lícito e residência fixa, a meu ver, não se encontra aqui destacado unilateralmente como condição efetiva para a concessão da liberdade provisória, principalmente se há comprovado nestes outros outros fatores que propiciam com segurança a recomendação da manutenção da prisão preventiva.

5. Como cediço, encontra-se pacificado na jurisprudência das Cortes Superiores o entendimento de que o trancamento da ação penal pela via do habeas corpus somente é admissível em hipóteses excepcionais, tais como o manifesta atipicidade da conduta, a inexistência de prova da materialidade do delito, a presença de causa extintiva da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria.

6. Via eleita que não permite a análise do mérito da imputação nesse momento, uma vez que é defeso a realização de dilação probatória.

7. Não vislumbro, pois, qualquer ilegalidade que caracterize constrangimento ilegal. Ordem denegada." (fls. 57/58)

Infere-se dos autos que o recorrente teve sua prisão preventiva decretada, em 05/07/2017, em resposta à Ação Penal pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 121, § 2º, II e IV e 148, § 2º, na forma do art. 29, todos do Código Penal (homicídio qualificado e sequestro/cárcere privado, em concurso de pessoas) e 35 da Lei n. 11.343/06 (associação para o tráfico de entorpecentes).

O recorrente pleiteia a exclusão do seu nome da denúncia relativa ao crime de homicídio qualificado, por absoluta falta de justa causa, e, alternativamente, a nulidade da Ação Penal, por impossibilidade ampla de defesa ou, ainda, a concessão de liberdade para que possa responder o processo solto, diante da carência de fundamentação do decreto prisional.

Alega inépcia na denúncia, uma vez que não há descrição da sua conduta no crime de homicídio, o que dificulta a defesa. Aduz não estarem presentes os pressupostos da prisão preventiva.

A liminar foi indeferida por decisão de fls. 379/381.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso, em parecer assim sumariado:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS . CRIMES DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA E DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO OCORRÊNCIA. DESCRIÇÃO DAS CONDUTAS QUE AUTORIZA A AMPLA DEFESA. ATENDIMENTO AOS DITAMES DO ARTIGO 41 DO CPP. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. PRISÃO PREVENTIVA. RECORRENTE INTEGRANTE DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (COMANDO VERMELHO), RECONHECIDAMENTE VOLTADA AO TRÁFICO DE DROGAS E À PRÁTICA DE CRIMES VIOLENTOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA DEMONSTRADA.

- Parecer pelo conhecimento e improvimento do recurso ordinário." (fl. 386)

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

O Parquet assentou em seu parecer:

"Pretende-se com a presente impetração o trancamento da Ação Penal nº 0421508-70.2016.8.19.0001, na qual se apura a suposta prática pelo paciente dos crimes de homicídio qualificado (121, § 2º, II e IV, do CP), sequestro e cárcere privado (148, § 2º, na forma do art. 29, todos do CP) e associação para o tráfico (art. 35 da Lei n. 11.343/06).

No que tange à pretensão ao trancamento da ação penal por ausência de justa causa, o certo é que tal providência situa-se no campo da excepcionalidade. A liquidez das alegações constitui requisito inafastável na apreciação de tal tema, somente sendo cabível o writ nas hipóteses em que se demonstrarem situações comprováveis de plano, suficientes ao prematuro encerramento da ação penal.

Segundo entendimento consolidado nessa e. Corte Superior de Justiça, 'A jurisprudência dos tribunais superiores admite o

trancamento do inquérito policial ou de ação penal, excepcionalmente, nas hipóteses em que se constata, sem o revolvimento de matéria fático-probatória, a ausência de indícios de autoria e de prova da materialidade, a atipicidade da conduta ou a extinção da punibilidade, o que não se observa neste caso' (HC 343.555/PR, Rel. Min. Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 23/11/2016), o que não se verifica na espécie.

A 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ao julgar o HC nº 0068560-96.2017.8.19.0000, demonstrou ser acertado o prosseguimento da persecução penal, consoante seguinte excerto do voto do desembargador relator (fls. 66/67):

'É preciso destacar que o trancamento da ação penal é permitido apenas em hipóteses excepcionais, onde resta patente a atipicidade da conduta, a ausência de justa causa ou a presença de causa de extinção de punibilidade, cuja verificação não pode demandar profunda análise probatória.

Constituindo-se os fatos investigado pela autoridade policial crime, em tese, é incabível falar em trancamento de inquérito policial ou ação penal.

Na deflagração da ação penal bastam indícios de autoria e materialidade o que deveram ser confirmadas por provas robustas quando do édito condenatório.

É de se ressaltar que o habeas corpus constitui via inadequada para a dilação probatória pretendida, restringindo a ampla defesa e o contraditório.

Não houvesse prova alguma, aí sim poderia se falar em ausência de justa causa e na competência deste Tribunal de Justiça para conhecer da presente ordem, mas em havendo o mínimo probatório, este mínimo de provas há que ser valorado pelo seu juiz natural.

Na hipótese dos autos, a materialidade e os indícios, em tese, da autoria restaram comprovados pela investigação realizada em sede policial.

Assim, residindo um mínimo de fumaça que defina algum indício, em tese, quanto à autoria dos pacientes, quer seja por ocasião da investigação policial, quer seja por ocasião da Denúncia, indubitavelmente que a certeza ou não dessa autoria somente será decomposta a partir da evolução definida na seara da instrução criminal, cuja instrumentalidade irá dosar de maneira equilibrada e séria a situação em tela, levando-se, com isso, a uma conclusão positiva ou negativa, capaz de excluir o paciente ou não dessa realidade criminal quando do pronunciamento final dado pelo Juízo de primeiro grau de jurisdição.'

Também não assiste razão à defesa, quanto à alegação de inépcia da denúncia, já que, como bem observou o acórdão recorrido, a exordial acusatória devidamente observou os requisitos do artigo 41 do

Código de Processo Penal. Veja-se trecho da denúncia (fls. 61/62):

'Não há que se falar em inépcia da inicial acusatória por ausência de justa causa ou atipicidade da conduta quando a denúncia oferecida pelo Ministério Público, atendendo aos requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, evidencia a existência de justa causa para a instauração da ação penal, eis que expôs o fato criminoso e as circunstâncias nas quais ocorreu, qualificou o acusado e classificou o crime, em tese, cometido por ele; mostrando-se absolutamente correta a decisão judicial que acolheu a peça acusatória.

Cumprе salientar, que a denúncia preenche os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, porquanto descreve conduta, em tese tipificada em lei como criminosa, bem com suas circunstâncias, que permitirá o exercício do direito de defesa.

Extrai-se da inicial acusatória que:

(...) Não há que se falar em inépcia da inicial acusatória por ausência de justa causa ou atipicidade da conduta quando a denúncia oferecida pelo Ministério Público, atendendo aos requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, evidencia a existência de justa causa para a instauração da ação penal, eis que expôs o fato criminoso e as circunstâncias nas quais ocorreu, qualificou o acusado e classificou o crime, em tese, cometido por ele; mostrando-se absolutamente correta a decisão judicial que acolheu a peça acusatória.

Eis a decisão que recebeu a denúncia:

(...)' (fls. 61/62)

A jurisprudência desse Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que de a denúncia deve conter apenas a descrição da conduta delitiva e a existência de elementos probatórios mínimos que sustentem a acusação, somente sendo permitido seu trancamento prematuro quando manifestamente demonstrada a ausência de justa causa, o que, como dito alhures, não é o caso dos autos.

É também jurisprudência dessa c. Corte Superior que o habeas corpus não é a via adequada para exame de questões relativas à falta de justa causa para a ação penal, já que exige incursão aprofundada no conjunto fático-probatório dos autos.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. IMPORTAÇÃO E DEPÓSITO DE PRODUTOS (SUPLEMENTOS ALIMENTARES E/OU MEDICAMENTOS) PROIBIDOS.

DENÚNCIA. DESCRIÇÃO FÁTICA SUFICIENTE E CLARA. DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS DE AUTORIA E DA MATERIALIDADE.

INÉPCIA. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO PENAL. FALTA DE JUSTA CAUSA. AUSÊNCIA DE SUPORTE PROBATÓRIO MÍNIMO. TRANCAMENTO E PLEITO ALTERNATIVO DE DESCLASSIFICAÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA.

1. Devidamente descritos os fatos delituosos (indícios de autoria e materialidade), não há falar em inépcia.

2. Plausibilidade da acusação, em face do liame entre a pretensa atuação dos recorrentes e os fatos. Em tal caso, está plenamente assegurado o amplo exercício do direito de defesa, em face do cumprimento dos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal.

3. O habeas corpus não se apresenta como via adequada ao trancamento da ação penal, quando o pleito se baseia em falta justa causa (ausência de suporte probatório mínimo à acusação), não relevada, primo oculi. Intento que demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com a via restrita do writ.

4. O pleito alternativo de desclassificação, de igual modo, não tem espaço na impetração e na via recursal ordinária, porque também é intento que tem natureza probatória, a ser elucidado sob o crivo do contraditório. Em realidade apresenta-se como a própria oposição ao mérito da persecução penal que ainda deverá ser aferida no juízo de primeiro grau e não no presente meio processual.

5. Recurso ordinário não provido.” (RHC 80.845/RJ, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 30/05/2017) [grifo nosso]

'PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. HOMICÍDIO. INÉPCIA FORMAL DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

(...) 2. Para o oferecimento da denúncia, exige-se apenas a descrição da conduta delitiva e a existência de elementos probatórios mínimos que corroborem a acusação. Provas conclusivas acerca da materialidade e da autoria do crime são necessárias apenas para a formação de um eventual juízo condenatório. Embora não se admita a instauração de processos temerários e levianos ou despidos de qualquer sustentáculo probatório, nessa fase

processual, deve ser privilegiado o princípio do in dubio pro societate. De igual modo, não se pode admitir que o Julgador, em juízo de admissibilidade da acusação, termine por cercear o jus accusationis do Estado, salvo se manifestamente demonstrada a carência de justa causa para o exercício da ação penal.

3. A alegação de inépcia da denúncia deve ser analisada de acordo com os requisitos exigidos pelos arts. 41 do CPP e 5º, LV, da CF/1988.

Portanto, a peça acusatória deve conter a exposição do fato delituoso em toda a sua essência e com todas as suas circunstâncias, de maneira a individualizar o quanto possível a conduta imputada, bem como sua tipificação, com vistas a viabilizar a persecução penal e o contraditório pelo réu (Nesse sentido: RHC 56.111/PA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 1/10/2015; RHC 58.872/PE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 1/10/2015; RHC 28.236/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 1/10/2015).

4. A denúncia não prescinde da explicitação do liame entre o fato descrito e a pessoa do denunciado, malgrado a desnecessidade da pormenorização das condutas, até pelas comuns limitações de elementos de informações angariados em hipótese de coautoria, por ocasião do oferecimento da denúncia, sob pena de inviabilizar a persecução penal nesses crimes.

5. In concreto, a inicial acusatória preenche os requisitos exigidos pelo art. 41 do CPP, não padecendo de inépcia formal.

6. O habeas corpus não é a via adequada para exame de questões relativas à falta de justa causa para a ação penal, culpabilidade, atipicidade da conduta ou tese de negativa de autoria, já que exigem incursões aprofundadas no campo fático-probatório.

7. Habeas corpus não conhecido.'

(HC 327.681/RJ, Rel. Min. Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 15/03/2017) [grifo nosso]

Por fim, quanto à prisão preventiva do recorrente, o certo é que o juízo de primeiro grau justificou a medida extrema nas circunstâncias do caso concreto, notadamente, na periculosidade do agente, evidenciada por se tratar de integrante de facção criminosa voltada à exploração do tráfico de drogas (Comando Vermelho), o que caracteriza o real risco de reiteração delitiva. Veja-se:

'Note-se que se trata de Acusados tidos como elementos com personalidade voltada ao crime, consoante

se depreende das informações colhidas durante a investigação policial (fls. 282/297 - relatório final), as quais os apontam como integrantes da facção criminosa que explora o tráfico ilícito de substâncias na Comunidade dos Prazeres, em Santa Tereza, localidade controlada pela facção criminosa conhecida pelo nome de Comando Vermelho, razão a indicar a necessidade da cautela como forma de garantir a ordem pública.

De se destacar a vasta ficha criminal dos Acusados, ostentando violentos crimes, como roubo, tráfico ilícito de entorpecentes a, inclusive, homicídios, conforme já se depreende deste Inquérito Policial quanto a Cláudio Augusto dos Santos - fls. 65/68 e Romulo Pontes Pinho às fls. 63/64.

Demais disso, o *modus operandi* de que teriam os Réus se valido para a prática dos delitos - efetuando disparos de arma de fogo contra a Vítima fatal, que se encontrava na localidade por engano e sequestro qualificado contra a Vítima sobrevivente - denota invulgar audácia e profunda indiferença pela vida humana. Tal conduta é corriqueira entre os integrantes do movimento do tráfico, a recomendara adoção da medida extrema, como forma de aplacar a deletéria sensação de impunidade que resulta da ausência de pronta resposta do Estado.

Assim também o pressuposto que diz com a garantia da futura aplicação da lei penal está a merecer resguardo, haja vista que os Acusados não possuem qualquer vínculo mais sério com o distrito da culpa, circunstância que, por si só, está a autorizar a decretação da custódia provisória também por este pressuposto.

(...) Desta forma, presentes indícios da autoria, em que pese se tratar a prisão de medida excepcional na ordem constitucional, a qual somente se justifica para acautelar interesses que se sobrepõem ao 'ius libertatis' do indivíduo, as circunstâncias que norteiam a apuração do fato estão a recomendar a adoção da medida de cautela, pelo que DECRETO AS PRISÕES PREVENTIVAS de MARCOS VINICIUS PAULO DE OLIVEIRA, MARCOS ELIAS CANDIDO BEZERRA, CLAUDIO AUGUSTO DOS SANTOS, TIAGO DE OLIVEIRA, ROMULO PONTES PINHO, RAPHAEL CORREIA PONTES e BRUNO GONÇALVES CAMPOS FERREIRA, o que faço com fulcro nos arts. 311, 312 e 313, do Código de Processo Penal, para garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar a futura aplicação da lei penal, desde que se me apresentam fortes as demonstrações de que tal medida surge absolutamente imprescindível para resguardar os

meios e os fins da presente ação penal.” (fls. 165/167)
[grifos nossos]

Sobre o tema, reiteradas vezes essa Corte Superior de Justiça tem proclamado o entendimento de que a periculosidade social do agente, revelada pela participação em organização criminosa, bem como pelo risco real de reiteração criminosa, constituem fundamentos legitimadores da prisão preventiva para garantia da ordem pública. Nesse sentido:

'RECURSO EM 'HABEAS CORPUS'. ASSOCIAÇÃO E TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PEDIDO PARA SUBSTITUIR A PRISÃO CAUTELAR POR MEDIDA DIVERSA. INADEQUAÇÃO/INSUFICIÊNCIA. PRECEDENTES.

1. A participação da recorrente em organização criminosa, voltada à traficância de drogas, em que desempenha a função de substituir o gerente do esquema criminoso, repassando ordens para os demais membros e reportando as ocorrências para os superiores, evidencia sua periculosidade, alicerce suficiente para a motivação da garantia da ordem pública.

2. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despidendo a recorrente possuir condições pessoais favoráveis.

3. Recurso em 'habeas corpus' a que se nega provimento.' (RHC 47.242/RS, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Quinta Turma, julgado em 05/06/2014, DJe 10/06/2014)

'PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, consistente na participação do paciente em complexa organização criminosa, constituída para o fim, entre outros delitos, do

tráfico internacional de drogas e de armas, não há que se falar em ilegalidade a justificar a concessão de habeas corpus.

2. Habeas corpus denegado.' (HC 269.882/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 09/08/2016, DJe 23/08/2016)

Por tais razões, não há constrangimento ilegal a ser sanado por meio do presente recurso."

Como visto no bem elaborado parecer ministerial, o qual adoto como razões de decidir, a denúncia não é inepta, nem foi carente de fundamentação a decretação da prisão preventiva, bem como não é nula a ação penal, por ofensa à ampla defesa.

De outra parte, o reconhecimento da falta de justa causa, também, como bem anotado pelo *Parquet*, demanda o exame aprofundado de provas, o que não pode ser feito na via eleita.

Por oportuno, confira-se ainda recente precedente que corrobora a prisão preventiva do recorrente:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AÇÃO PENAL EM ANDAMENTO. RECORRENTE QUE INTEGRA FACÇÃO CRIMINOSA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. As prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade de restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção.

2. A decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva está idoneamente fundamentada na reiteração delitiva do acusado, que já responde a uma ação por tráfico de drogas, e que seria integrante de facção criminosa.

3. A pretensão de revogação da custódia cautelar fundada na negativa de autoria não é passível de análise em sede de habeas corpus, por demandar amplo reexame do acervo fático-probatório dos autos, providência incompatível com o rito célere e sumário do presente remédio constitucional.

4. Eventuais condições pessoais favoráveis não possuem o condão de, por si sós, conduzir à revogação da prisão preventiva.

5. Concretamente demonstrada pelas instâncias ordinárias

a necessidade da prisão preventiva, não se afigura suficiente a fixação de medidas cautelares alternativas.

6. *Recurso em habeas corpus improvido.*" (RHC 100.986/CE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 02/10/2018)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

